

"A emenda Righi é imperfeita"

por Márcio Choer
de Brasília

A única forma que o Poder Executivo terá de participar da Constituinte será na sua convocação. E por isso que a Aliança Democrática negará quórum, a partir do dia 12 de junho, à votação da proposta de emenda constitucional do deputado Gastone Righi.

No Congresso, porém, a explicação dada pelos líderes governistas é de que a emenda do deputado é "imperfeita". Na explicação do deputado Pimenta da Veiga, "como a emenda já recebeu parecer contrário na comissão que a examinou, ela não poderá ser alterada — a não ser para supressões, o que não resolve nada".

O argumento, entretanto, não convenceu a oposição. "O que eu puder fazer para que haja número para a vo-

tação, eu farei", declarou o candidato derrotado à Presidência da República, deputado Paulo Maluf. O líder do PDT no Senado, Roberto Saturnino, por sua vez, disse ao repórter Carlo Iberé de Freitas não entender por que "justamente numa hora em que o governo está disposto a prestigiar o Congresso tome uma iniciativa que demonstra o contrário".

Contrariado, o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, autor da emenda, protestou contra o esvaziamento da iniciativa parlamentar: "O que não está certo é o método — é o mesmo da Velha República", sentenciou.

Essa decisão do governo foi apontada por Paulo Maluf como um indício de que o pacto político proposto pelo presidente José Sarney "é um nome pomposo

para não definir nada". A respeito desse colegiado a ser composto pelas forças políticas nacionais, Maluf informou ainda que pretende analisar as propostas a serem colocadas — "não vamos dar um cheque em branco, visado, ao portador", definiu ele.

Na reunião dos líderes da Aliança Democrática com o presidente José Sarney, o proclamado "pacto político" foi melhor explicitado. "Será uma via adjetiva e não uma via substantiva", informou Pimenta da Veiga, que traduziu suas próprias palavras: "Essa comissão indicará caminhos a serem estudados em seu mérito por outras instâncias, como o Congresso, por exemplo". Dessa forma, a comissão apenas determinará a ordem das reformas legais. Nesse cronograma, a critério dos membros do "pacto", po-

derá entrar a Lei de Greve, a Lei de Segurança Nacional e, entre outras, a Lei de Imprensa.

"No que toca as reformas em curso, o Conselho Político resolveu ontem firmar posição a favor de que as eleições neste ano (capitais, municípios que deixaram de ser considerados área de segurança nacional, municípios de territórios e estâncias hidromineiras) sejam todas pelo sistema de dois turnos. Essa tese encontra adversários dentro do próprio PMDB, na Frente Liberal e no PTB, mas é considerado "o método mais democrático" pelo governo. Ao final do encontro, atendendo a um pedido do deputado Pimenta da Veiga, informou que assinará todas as nomeações para o segundo escalão em torno das quais já haja consenso no âmbito da Aliança Democrática.